



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

ESTADO EM CONSTRUÇÃO: A INFLUÊNCIA DAS ONGS INTERNACIONAIS NA RECONSTRUÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A STATE UNDER CONSTRUCTION: THE INFLUENCE OF INTERNATIONAL
NGOs ON THE RECONSTRUCTION OF GUINEA-BISSAU

Projeto de Graduação

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Mamadu Bailo Sani

Orientador:

Prof.^a Doutora Ana Campina

Agradecimentos

A realização deste trabalho representa a conclusão de uma importante etapa académica e pessoal, resultado de anos de dedicação, esforço e aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos os professores que contribuíram para a minha formação académica ao longo destes anos. Os conhecimentos transmitidos, a exigência e o incentivo ao pensamento crítico foram fundamentais para o meu crescimento enquanto estudante e futuro profissional.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, pela disponibilidade, orientação, paciência e pelos valiosos contributos que enriqueceram este trabalho. O seu acompanhamento foi essencial para a concretização desta investigação.

À minha família, e em particular aos meus pais, deixo o meu mais profundo agradecimento pelo apoio incondicional, pelos sacrifícios realizados e pela confiança que sempre depositaram em mim. Sem o seu amor, incentivo e dedicação, este percurso não teria sido possível.

Agradeço igualmente aos meus amigos, que me acompanharam ao longo desta caminhada, pelos momentos de apoio, incentivo, motivação e compreensão. A sua presença tornou este percurso mais leve e contribuiu para que nunca perdesse de vista os meus objetivos.

Por fim, agradeço a mim próprio por nunca ter desistido. Pelos desafios ultrapassados, pelas dificuldades enfrentadas e pela capacidade de continuar a avançar ano após ano, mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho simboliza não apenas uma conquista académica, mas também a prova de que a persistência, a disciplina e a determinação permitem transformar objetivos em realidade.

Dedico este trabalho à Guiné-Bissau, país que inspirou esta investigação e cuja realidade reforçou em mim o desejo de contribuir, no futuro, para o seu desenvolvimento e progresso.

Resumo

A Guiné-Bissau tem enfrentado, desde a independência em 1974, diversos desafios políticos, económicos e institucionais que condicionam a consolidação do Estado e o desenvolvimento do país. Neste contexto, a ajuda internacional e a atuação das organizações não-governamentais internacionais (ONGs) assumiram um papel relevante na implementação de programas de desenvolvimento e na prestação de serviços essenciais à população.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência das ONGs internacionais na reconstrução do Estado guineense no período pós-independência, procurando compreender de que forma estas organizações contribuíram para responder às fragilidades institucionais do país e quais os seus impactos no processo de fortalecimento estatal. Para tal, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, assente na revisão bibliográfica e na análise documental de literatura académica, relatórios de organizações internacionais e documentos institucionais.

Os resultados da investigação demonstram que as ONGs internacionais desempenharam um papel fundamental em áreas como a saúde, a educação, a segurança alimentar, os direitos humanos e o desenvolvimento comunitário, contribuindo para melhorar as condições de vida da população. Contudo, a análise evidencia igualmente que a dependência prolongada da ajuda internacional pode constituir um obstáculo ao fortalecimento das capacidades institucionais do Estado. Conclui-se que o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau dependerá da capacidade de transformar a cooperação internacional num instrumento de fortalecimento institucional, permitindo ao Estado assumir progressivamente as suas responsabilidades e promover um modelo de desenvolvimento mais autónomo e sustentável.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; ONGs internacionais; Cooperação internacional; Estado frágil; Desenvolvimento.

Abstract

Since its independence in 1974, Guinea-Bissau has faced significant political, economic and institutional challenges that have hindered state consolidation and national development. In this context, international aid and the activities of international non-governmental organizations (NGOs) have played an important role in development programmes and in the provision of essential services to the population.

This study aims to analyse the influence of international NGOs in the reconstruction of the Guinean State in the post-independence period, seeking to understand how these organizations contributed to addressing institutional weaknesses and what impact they had on the process of state-building. To achieve this objective, a qualitative methodology was adopted, based on a literature review and documentary analysis of academic publications, reports from international organizations and institutional documents.

The findings demonstrate that international NGOs have played a crucial role in sectors such as health, education, food security, human rights and community development, contributing to the improvement of living conditions for a significant part of the population. However, the study also shows that prolonged dependence on international aid may hinder the strengthening of national institutions. It is concluded that the sustainable development of Guinea-Bissau will depend on its ability to transform international cooperation into a mechanism for institutional strengthening, enabling the State to progressively assume its responsibilities and promote a more autonomous and sustainable development model.

Keywords: Guinea-Bissau; International NGOs; International Cooperation; Fragile State; Development.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ANP – Assembleia Nacional Popular

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CICC – Consultative International Cashew Council

EIF – Enhanced Integrated Framework

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAC – Forum on China–Africa Cooperation

INE-GB – Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau

OCDE (OECD) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não-Governamental

ONGI – Organização Não-Governamental Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PNUD (UNDP) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental

UNIOGBIS – United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau

WFP – World Food Programme

Índice

Introdução

Metodologia e opções de investigação

Capítulo 1- A Guiné-Bissau: História, Geopolítica e Ordenamento Jurídico.

1.1. Caracterização da Guiné-Bissau.

1.1.1. Enquadramento geopolítico regional e internacional.

1.2. História da formação do Estado Guineense.

1.3. Evolução do sistema político Guineense.

1.4. Constituição da República da Guiné-Bissau e organização do poder político.

1.5. Ordenamento jurídico e funcionamento das Instituições Guineenses.

1.6. Potencialidades económicas e recursos estratégicos da Guiné-Bissau.

1.7. Fragilidades estruturais do Estado Guineense.

Capítulo 2- A ajuda internacional e o papel das ONGs na Guiné-Bissau.

2.1 Sustentabilidade do Estado guineense: das potencialidades, das fragilidades e dos desafios.

2.2. O impacto e a relevância do apoio internacional: programas e projetos de apoio político e humanitário.

2.3. Influência das ONGs Internacionais na Reconstrução do Estado guineense pós 1974.

Capítulo 3- Desafios e Perspetivas para a Consolidação do Estado guineense.

3.1. Entre a Dependência da Ajuda Internacional e o Fortalecimento Institucional.

3.2. Da Dependência à Autonomia: Perspetivas para o Fortalecimento do Estado guineense.

Conclusão

Referências Bibliográficas

Anexos

Introdução

A Guiné-Bissau é um país que, desde a independência, tem enfrentado diversos desafios relacionados com a consolidação das suas instituições políticas, o desenvolvimento económico e a promoção do bem-estar social. Apesar das potencialidades associadas aos seus recursos naturais, à sua posição geográfica estratégica e à riqueza cultural da sua população, o país continua a confrontar-se com fragilidades estruturais que limitam a capacidade do Estado para responder eficazmente às necessidades dos seus cidadãos.

Neste contexto, a ajuda internacional assumiu um papel de particular relevância ao longo das últimas décadas. Organizações internacionais, Estados parceiros e organizações não-governamentais internacionais (ONGs) passaram a intervir em diferentes setores da sociedade guineense, contribuindo para a implementação de projetos nas áreas da saúde, educação, segurança alimentar, desenvolvimento rural e proteção social. Em muitos casos, estas intervenções permitiram responder a necessidades urgentes das populações e minimizar os impactos das limitações institucionais do Estado.

Contudo, a crescente presença das ONGs internacionais na Guiné-Bissau levanta importantes questões relativamente ao seu impacto no processo de construção e consolidação do Estado. Se, por um lado, estas organizações desempenham um papel fundamental na melhoria das condições de vida das populações, por outro, importa analisar até que ponto a sua atuação contribui para o fortalecimento das instituições públicas ou para a manutenção de situações de dependência em relação à ajuda externa.

A escolha deste tema resulta não apenas da sua relevância académica e política, mas também de uma motivação pessoal. Sendo natural da Guiné-Bissau, existe um interesse particular em compreender os desafios que condicionam o desenvolvimento do país e em refletir sobre possíveis caminhos para o fortalecimento das suas instituições. Esta motivação constitui um incentivo adicional para a realização de uma análise crítica e fundamentada sobre uma realidade que continua a marcar profundamente o presente e o futuro da sociedade guineense.

Assim, a presente investigação procura responder à seguinte questão: qual tem sido a influência das organizações não-governamentais internacionais na reconstrução do Estado guineense após a independência? Para responder a esta questão, o trabalho

analisa as fragilidades estruturais do Estado guineense, o papel da ajuda internacional no desenvolvimento do país e a influência das ONGs internacionais no processo de reconstrução e fortalecimento institucional.

Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem qualitativa, baseada na revisão da literatura científica e na análise documental de fontes secundárias, incluindo artigos científicos, livros, relatórios de organizações internacionais e documentos institucionais relacionados com a Guiné-Bissau e a cooperação internacional.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos principais. O primeiro capítulo apresenta um enquadramento histórico, geopolítico, económico e jurídico da Guiné-Bissau. O segundo capítulo analisa a ajuda internacional e o papel das organizações não-governamentais internacionais, procurando compreender a sua influência na reconstrução do Estado guineense. Por fim, o terceiro capítulo reflete sobre os desafios e perspetivas para a consolidação do Estado, discutindo possíveis caminhos para o fortalecimento institucional e para a redução da dependência da ajuda externa.

Desta forma, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão das relações entre fragilidade estatal, cooperação internacional e desenvolvimento, utilizando a experiência da Guiné-Bissau como um caso de estudo particularmente relevante no contexto africano contemporâneo.

Metodologia e opções de investigação

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza analítico-descritiva, tendo como estudo de caso a Guiné-Bissau. A escolha desta metodologia justifica-se pelo objetivo central do trabalho, que consiste em compreender de que forma as organizações não-governamentais internacionais influenciam o processo de reconstrução do Estado guineense após a independência.

O estudo baseia-se principalmente na revisão de literatura científica e na análise documental de fontes secundárias. Foram utilizados artigos científicos, livros, dissertações académicas, relatórios institucionais e documentos produzidos por organizações internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia, a União Africana e outras entidades ligadas à cooperação internacional e ao desenvolvimento.

A investigação não recorreu à recolha direta de dados empíricos, como entrevistas ou inquéritos, centrando-se antes na análise crítica de documentos e estudos já existentes. Esta opção permite compreender a evolução histórica, política e institucional da Guiné-Bissau, bem como o papel desempenhado pelas ONGs internacionais na resposta às fragilidades do Estado.

A escolha da Guiné-Bissau como estudo de caso resulta da sua especificidade enquanto Estado marcado por fragilidades institucionais persistentes, forte dependência da ajuda internacional e presença significativa de organizações não-governamentais. Para além disso, esta escolha possui também uma dimensão pessoal, uma vez que a Guiné-Bissau é o meu país de origem, e que ambiciono um dia contribuir para o seu desenvolvimento. Esta motivação pessoal não substitui o rigor científico da investigação, mas reforça o compromisso académico com a compreensão dos desafios que condicionam o futuro do país.

Capítulo I- A Guiné-Bissau: História, Geopolítica e Ordenamento Jurídico

1.1 Caracterização da Guiné-Bissau.

Situada na costa da África Ocidental, a Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, ocupa um ponto estratégico entre o Equador e o Trópico de Câncer. Os seus 36.125 km² de extensão dividem-se entre um território continental e o arquipélago dos Bijagós, um conjunto de 88 ilhas e ilhéus onde apenas duas dezenas são habitadas (ANEME, 2018; United Nations, 2021). Cercada pelo Senegal ao norte e pela Guiné-Conacri a leste e sul, o país abre-se para o oceano atlântico através de uma costa de 350 km.

O relevo do país é formado principalmente por planícies, e quase não há áreas altas, exceto na região de Boé, que atinge cerca de 300 metros. Essa superfície plana permite que o mar entre no interior do território por quase 150 km, moldando um cenário único de mangais e bolanhas (campos de arroz). Rios como o Cacheu, Mansoa, Geba e Corubal funcionam como as grandes artérias nacionais, sustentando a pesca e a agricultura. Com um clima tropical marítimo, o ano divide-se entre o peso das chuvas e o calor seco da estação estival, muitas vezes trazido pelo vento do Saara (ANEME, 2018).

O país possui importantes recursos naturais e uma forte diversidade ambiental. Com 71% da sua área sob um manto florestal, o subsolo esconde depósitos valiosos de bauxite, fosfatos e areias pesadas, além de promessas de petróleo e energia hídrica (ANEME, 2018; United Nations, 2021). Contudo, a economia real ainda vive em torno do setor primário, dependendo quase exclusivamente da castanha de caju. Esta monocultura é o verdadeiro motor financeiro do país, representando cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) e a esmagadora maioria das exportações nacionais (United Nations, 2021).

A nível humano, o país possui uma grande diversidade de grupos étnicos e culturais com cerca de 30 grupos distintos. Entre eles destacam-se os Balantas (27%), seguidos pelos Fulas (23%), Mandingas (12%), Manjacos (11%) e Pepéis (10%) (ANEME, 2018). Embora o Português seja o idioma oficial, a sua fluência restringe-se a uma minoria da população, sendo o crioulo a principal língua de comunicação nacional.

No campo espiritual, o animismo e o Islão convivem com uma minoria cristã, num contexto onde o “chão” assume um significado identitário e simbólico profundo. Segundo Ludovici (2016), o “chão” corresponde a uma forma africana de compreender o território enquanto espaço de pertença cultural e social.

Apesar deste património natural e cultural, a Guiné-Bissau permanece entre os países mais vulneráveis do mundo, marcada por uma longa instabilidade política e fragilidade institucional. A pobreza extrema continua a afetar grande parte da população, especialmente nas zonas rurais, onde persistem dificuldades de acesso à saúde, educação e água potável (United Nations, 2021). Esta fragilidade estrutural tem impulsionado a emigração de muitos guineenses para países vizinhos e para a Europa, particularmente Portugal, onde se desenvolveram importantes comunidades migrantes (Ludovici, 2016).

1.1.1. Enquadramento geopolítico regional e internacional.

A Guiné-Bissau fica numa posição importante na costa oeste da África. É um país pequeno, o que a torna naturalmente vulnerável em relação aos seus vizinhos mais populosos e ricos (Abiodun & Fajimbola, 2021). Faz fronteira com a Guiné Conacri e com a região de Casamansa, no Senegal. Muitas vezes, dizem que a Guiné-Bissau é um "enclave", pois depende bastante da estabilidade e dos caminhos dos países à sua volta (Sangreman et al., 2006). Além disso, é um país de língua portuguesa cercado por países que falam francês, uma herança de quando a França controlava grande parte dessa região. Por causa disso, o país precisou entrar em organizações de países francófonos, como a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), para conseguir sobreviver politicamente e economicamente (Ié, 2019).

A relação da Guiné-Bissau com os seus vizinhos é marcada por uma intensa interação cultural, mas também por disputas e tensões. Com o Senegal, por exemplo, há conflitos por causa do petróleo no mar e por conta do movimento separatista de Casamansa. O território da Guiné-Bissau já foi usado como abrigo para rebeldes, o que trouxe problemas diplomáticos e militares com o Senegal. Segundo Abiodun e Fajimbola (2021), “the instability in Guinea-Bissau has implications beyond its borders”, mostrando que os problemas internos do país afetam toda a região. Nas últimas décadas, o Senegal tem reforçado a sua influência política e económica na

Guiné-Bissau, apoiando políticos em Bissau e fazendo acordos sobre recursos em áreas de disputa, o que gerou muitas críticas dentro da Guiné-Bissau (Nóbrega, 2003).

Ao mesmo tempo, o país procura manter uma política externa de equilíbrio entre diferentes parceiros internacionais, mantendo boas relações com Rússia, China, Cuba e também com Portugal e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), para equilibrar a influência da França e da CEDEAO (Tavares, 2008). A imagem internacional da Guiné-Bissau também é prejudicada pelo rótulo de "narco-estado", já que as instituições são frágeis e as fronteiras mal controladas, especialmente nas ilhas dos Bijagós. Abiodun e Fajimbola (2021) referem que a Guiné-Bissau se tornou "Africa's narco-state", devido à fragilidade institucional e à presença de redes criminosas ligadas ao tráfico internacional de droga.

A presença de redes criminosas em cargos altos fez do país um ponto de passagem para o tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa, levando a uma maior colaboração com órgãos internacionais para tentar resolver esse problema. O crime organizado não é só um problema policial, mas também desestabiliza o país, pois o controlo do tráfico é visto como uma das causas de vários golpes de estado e assassinatos políticos (Jaló, 2023). Segundo ainda Jaló (2023), a democratização guineense foi marcada por um processo de "militarized democratization", em que os militares continuaram a influenciar diretamente a vida política do país.

Fora do país, a Guiné-Bissau depende muito da ajuda internacional e de empréstimos de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essa dependência fez o país mudar para o sistema multipartidário nos anos 90, por pressão dos que doavam dinheiro (Ié, 2019). Mas a democracia por lá ainda é muito influenciada pelos militares, que continuam com bastante poder e interferem na política, com vários golpes de Estado e problemas nas eleições (Tavares, 2008). Nesses momentos de crise, existe uma disputa entre a CPLP, que defende soluções ligadas à tradição portuguesa, e a CEDEAO, que age de forma mais dura e militar, usando forças como o Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG), (Okafor, 2003). O difícil equilíbrio entre as cobranças internacionais por democracia e a resistência dos militares, junto com a falta de recursos e ameaças externas, mostra o cenário complicado da Guiné-Bissau.

1.2. História da formação do Estado Guineense.

A história da Guiné-Bissau é marcada por muitos altos e baixos e começou a ganhar forma muito antes de os europeus chegarem, estendendo-se até aos dias de hoje. Ao longo de todo este tempo, destacam-se sempre duas coisas: a luta contra o domínio estrangeiro e o esforço para criar uma união entre o povo (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, s.d.). As raízes do território são muito antigas, havendo sinais da presença humana há mais de duzentos mil anos. No entanto, a organização que mais marcou o país aconteceu no século treze, com a chegada dos Mandingas e a criação do Reino de Gabú, que mais tarde ficou dependente do Império do Mali. Segundo Sangreman et al. (2006), o espaço do Kaabu constitui “um elemento fundamental para interpretar as interações dos diferentes grupos” da região guineense.

Em 1446, o navegador português Nuno Tristão chegou à costa e, a partir daí, os portugueses começaram a fazer trocas comerciais na região, sobretudo de ouro e marfim, mas também de escravos, o que acabou por prejudicar muito os reinos locais (Didinho.org, s.d.). Durante séculos, os portugueses ficaram apenas pela zona do litoral, enquanto outros países como Inglaterra, Holanda e França disputavam o controlo do comércio. Só no final do século dezanove é que Portugal começou a administrar a região de forma mais séria. Em 1897, a Guiné-Bissau tornou-se oficialmente uma colónia de Portugal, mas a ocupação do interior só foi conseguida com muita força militar, demorando até 1936 para ser dada como concluída (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, s.d.).

Este ambiente de violência e exclusão acabou por despertar um sentimento de revolta e união. Amílcar Cabral foi a figura principal deste movimento e fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1956. Três anos depois, um massacre de trabalhadores no porto de Pinjiguiti mudou o rumo da história, levando o partido a deixar as negociações de lado e a começar uma guerra. Segundo Sangreman et al. (2006), o PAIGC assumiu-se como “o único movimento que assumiu de uma forma estruturada a luta pela libertação nacional”. Esta luta pela libertação teve também um lado internacional, com o PAIGC a receber ajuda da União Soviética, de Cuba e da China, o que permitiu ao partido organizar o governo nas zonas que ia conquistando antes mesmo de a guerra acabar. Jaló (2023) refere que o movimento liderado por Amílcar Cabral combinava “guerrilla action” com forte ação diplomática internacional.

Em 1973, o PAIGC declarou a independência por conta própria, mas Portugal só a reconheceu em 1974, depois da Revolução dos Cravos (Ministério da Defesa

Nacional, 2021). O novo país nasceu numa situação muito difícil, com a maioria das pessoas sem saber ler nem escrever e com a agricultura destruída pela guerra. O governo começou por ser de partido único e com ideias socialistas, mas os conflitos internos entre guineenses e cabo-verdianos levaram a um golpe de Estado em 1980. A partir daí, o país tentou abrir-se a vários partidos políticos. Segundo Jaló (2023), a abertura ao multipartidarismo em 1991 resultou também da pressão de organizações financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

Nas últimas décadas, a vida na Guiné-Bissau tem sido marcada por uma democracia onde os militares continuam a exercer uma influência significativa na vida política nacional. O país sofreu uma guerra civil violenta e vários golpes de Estado, problemas que se tornaram ainda piores devido ao tráfico de droga que usa o território como passagem. Jaló (2023) descreve este processo como uma “militarized democratization”, marcada pela constante interferência das forças armadas na política nacional. Hoje em dia, o grande desafio é reformar a justiça, organizar as forças armadas e livrar a política da corrupção e das divisões entre etnias. O objetivo final é garantir que o país seja realmente controlado pelo seu povo e que consiga viver em paz.

1.3. Evolução do sistema político Guineense.

A evolução política da Guiné-Bissau é um caminho marcado por grandes esperanças e desafios profundos, desde a sua independência sobre Portugal em 1974. Logo após a libertação, o país viveu quase duas décadas sob um regime socialista de partido único, liderado pelo PAIGC, onde não havia uma democracia real e o poder era fortemente concentrado (Sangreman et al., 2006). O primeiro grande abalo nesse sistema ocorreu em 1980, com um golpe de Estado que levou João Bernardo "Nino" Vieira ao poder, marcando o início de um período de governação autoritária. Segundo Ié (2019), o golpe de 1980 representou uma “ruptura política” no processo de construção do Estado guineense.

A verdadeira abertura democrática só aconteceu no início dos anos 90, motivada por crises económicas e pressões internacionais. Em 1991, a Constituição foi alterada para permitir o multipartidarismo, pondo fim ao domínio exclusivo de um só partido e introduzindo o sistema semipresidencialista (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). As primeiras eleições livres em 1994 trouxeram a promessa de uma nova era, mas essa esperança foi rapidamente manchada por instabilidade política e

violência. Sangreman et al. (2006) refere que as transformações políticas da década de 1990 ocorreram de forma “apressada e tumultuosa”.

Um dos momentos mais difíceis nesta evolução foi a guerra civil de 1998, que resultou de uma tentativa de golpe e de uma disputa de poder entre o presidente Nino Vieira e o general Ansumane Mané. Este conflito mergulhou o país no caos e iniciou um ciclo de instabilidade que dura há décadas, com sucessivos golpes de Estado em 2003, 2010 e 2012 (Jaló, 2023). Durante muitos anos, nenhum presidente eleito conseguiu chegar ao fim do seu mandato, sendo muitas vezes derrubado pelos militares ou, em casos extremos, assassinados, como aconteceu com Nino Vieira em 2009. Jaló (2023) descreve este processo mais uma vez como uma “militarized democratization”, marcada pela constante interferência militar na vida política nacional.

Mais recentemente, o país viveu um marco importante quando José Mário Vaz se tornou o primeiro presidente a concluir o seu mandato de cinco anos em 2019. No entanto, mesmo esse período foi de grande tensão, com o encerramento do parlamento e a nomeação de sete Primeiros-Ministros diferentes em pouco tempo, o que mostra que a democracia ainda é muito frágil (Ié, 2019).

As fontes sugerem que o problema central da Guiné-Bissau não é apenas o modelo político escolhido, mas sim o desrespeito constante pela Constituição por parte dos líderes. Muitas vezes, as leis são interpretadas conforme os interesses pessoais e as disputas de poder entre o Presidente e o Primeiro-Ministro acabam por paralisar o Estado. Segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, os órgãos de soberania devem atuar com base no princípio da “separação e interdependência de poderes” (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). Para que o sistema político guineense evolua para uma democracia estável, é fundamental que haja um compromisso real com a paz, a separação de poderes e, acima de tudo, o respeito pela vontade do povo expressa nas urnas.

1.4. Constituição da República da Guiné-Bissau e organização do poder político.

A Constituição da República da Guiné-Bissau define o país como uma nação soberana, democrática e laica, onde o poder máximo pertence ao povo (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). De acordo com a sua lei fundamental, a democracia é o alicerce do Estado, baseada na unidade nacional e na participação das pessoas na vida pública para construir uma sociedade livre e justa. Segundo a Constituição, “a soberania

nacional reside no povo” (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). Desde a abertura política iniciada em 1991, o país deixou de ter apenas um partido para permitir que vários grupos políticos se organizem livremente, ajudando a expressar as diferentes opiniões da população (Ié, 2019).

A organização do poder político guineense assenta na separação e independência de quatro órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais. Cada um tem o seu papel específico para garantir que o Estado funcione com equilíbrio (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). O Presidente da República é a figura central do Estado, simbolizando a unidade nacional e servindo como o garante da independência e da própria Constituição. Ele é também o Comandante Supremo das Forças Armadas. Eleito diretamente pelo povo para um mandato de cinco anos, o Presidente representa a Guiné-Bissau interna e internacionalmente. Entre as suas principais funções está a de nomear o Primeiro-Ministro, tendo sempre em conta os resultados das eleições legislativas e ouvindo os partidos políticos (Ié, 2019).

A Assembleia Nacional Popular é o local onde os deputados, eleitos a cada quatro anos, debatem as questões fundamentais do país. Este órgão é responsável por fazer as leis, aprovar o orçamento geral de estado e fiscalizar as ações do Governo. É a voz direta dos cidadãos guineenses no processo legislativo. O Governo é o braço executivo e administrativo, liderado pelo Primeiro-Ministro. A sua missão é conduzir a política do país conforme o programa aprovado no Parlamento, gerindo ministérios e garantindo que as leis sejam cumpridas (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020).

O sistema guineense é semipresidencialista, o que significa que o poder é partilhado entre o Presidente e o Governo. Em momentos de crise política grave, o Presidente tem a autoridade constitucional para demitir o Governo ou dissolver a Assembleia, embora deva seguir regras rigorosas para o fazer. Segundo Ié (2019), o sistema político guineense caracteriza-se por “fortes tensões institucionais” associadas à disputa de poderes entre os diferentes órgãos do Estado.

Por último, os Tribunais têm o dever de administrar a justiça em nome do povo, sendo independentes e submetidos apenas à lei. O Supremo Tribunal de Justiça é a instância mais alta da hierarquia judicial. Embora a Constituição preveja este modelo organizado e democrático, as fontes apontam que a realidade política tem sido marcada por desafios. A instabilidade e a interferência de poderes não eleitos têm, por vezes,

dificultado a consolidação plena destas instituições, transformando a história política do país numa sucessão de transições e buscas por uma estabilidade duradoura.

1.5. Ordenamento jurídico e funcionamento das Instituições Guineenses.

Segundo o ordenamento jurídico da Guiné-Bissau, o Estado organiza-se como uma República una, soberana, democrática e laica, fundada no princípio de que o poder soberano emana do povo, sendo exercido através de instituições escolhidas por via eleitoral como foi desenvolvido no ponto anterior (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). A organização do poder político fundamenta-se na separação e independência dos órgãos de soberania, os quais estão todos subordinados à Constituição. Esses órgãos fundamentais são o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular (ANP), o Governo e os Tribunais (Monteiro et al., 2019).

O Presidente da República atua como o Chefe de Estado, símbolo da unidade nacional e Comandante Supremo das Forças Armadas, sendo eleito por sufrágio universal direto para um mandato de cinco anos, sistema este fortemente influenciado pelo sistema português. As suas competências são vastas e incluem a nomeação e exoneração do Primeiro Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos bem como a ratificação de tratados e o exercício do direito de veto sobre leis aprovadas (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). Já a Assembleia Nacional Popular é o supremo órgão legislativo e de fiscalização política, composta por deputados que representam todo o povo e não apenas os seus círculos eleitorais. Cabe à ANP legislar com exclusividade sobre matérias cruciais como a nacionalidade, a defesa nacional e o sistema eleitoral (Monteiro et al., 2019).

O Governo é o órgão executivo e administrativo supremo, responsável pela condução da política geral do país de acordo com o seu programa aprovado pela ANP. O sistema guineense caracteriza-se por uma dupla responsabilidade política do executivo, que responde tanto perante o Presidente da República quanto perante a Assembleia (Ié, 2019). Enquanto o Primeiro Ministro dirige e coordena a ação governativa, ele deve informar regularmente o Chefe de Estado sobre a política interna e externa. No entanto, o funcionamento destas instituições enfrenta uma crónica fragilidade institucional, marcada por instabilidades políticas e interferências que muitas vezes comprometem a eficácia do aparelho estatal.

No setor da justiça, os tribunais são órgãos de soberania independentes que administram o direito em nome do povo. O Supremo Tribunal de Justiça funciona como a instância máxima e detém a competência para decidir sobre a constitucionalidade das normas (Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 2020). Contudo, a realidade prática revela graves carências, como a escassez de recursos humanos e materiais, falta de infraestruturas adequadas e códigos legislativos desatualizados. O relatório das Nações Unidas afirma que “the Justice sector must be provided with adequate and proper infrastructure for a proper functioning of the courts”. Além disso, o ordenamento guineense é marcado pelo pluralismo jurídico, onde a justiça formal do Estado coexiste com mecanismos tradicionais e habituais de resolução de conflitos, que são frequentemente os mais procurados pelas populações nas zonas rurais (Pauleta, s.d.).

Para mitigar a dificuldade de acesso das populações ao sistema formal, foram criados os Centros de Acesso à Justiça (CAJ), que oferecem orientação e assistência jurídica gratuita, especialmente para grupos vulneráveis e mulheres. O fortalecimento do Estado de Direito depende ainda de reformas profundas no setor da segurança (SSR), que atualmente sofre de sobreposição de serviços e falta de um quadro regulador claro. O documento das Nações Unidas refere que existem “numerous and overlapping services with conflicting missions”, o que dificulta o funcionamento institucional. Recentemente, o debate sobre a justiça de transição e mecanismos de reconciliação nacional ganhou relevância como via para lidar com traumas históricos, combater a impunidade e consolidar a paz duradoura no país (United Nations Peacebuilding Commission, 2008).

1.6. Potencialidades económicas e recursos estratégicos da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau dispõe de uma significativa dotação de recursos naturais com elevado potencial económico que vai muito além do que os números costumam mostrar. O grande motor da vida económica guineense é a castanha de caju que funciona como o verdadeiro “ouro verde” das comunidades rurais e garante o sustento da grande maioria das famílias que trabalham a terra. Este produto é tão importante que representa quase tudo o que o país vende para o estrangeiro sendo a base sobre a qual se constrói a esperança de um futuro com mais processamento local para criar mais empregos e valor dentro de casa. Segundo o estudo do Enhanced Integrated Framework (2010), o caju representa “98 por cento das receitas de exportação” da Guiné-Bissau.

Para além dos pomares de caju, o subsolo possui recursos estratégicos de elevado potencial económico que permanecem ainda por explorar e valorizar plenamente como os grandes depósitos de fosfato em Farim e a bauxite na região do Boé (AICEP, 2026). Estes recursos minerais juntamente com as areias pesadas e a forte possibilidade de existir petróleo no fundo do mar colocam o país numa posição de destaque para atrair grandes investimentos que podem transformar a face da economia nacional. O relatório do EIF afirma que “as perspectivas de rendimento a partir da mineração de fosfato, bauxite e possivelmente petróleo” podem alterar profundamente a economia guineense. A abundância de água é outra vantagem enorme com rios que correm por todo o território e permitem não só uma agricultura forte mas também o potencial de gerar energia limpa através do sol e da força das águas (Sangreman, 2019).

O mar da Guiné-Bissau é um dos mais produtivos de todo o mundo, oferecendo quantidades incríveis de peixe e camarão que alimentam as populações e podem ser uma fonte vital de receitas se a pesca for bem gerida e vigiada. O estudo do Enhanced Integrated Framework dedica mesmo um capítulo inteiro ao tema “Pesca: lucros em perigo”, reconhecendo o enorme potencial económico deste setor. Nas margens destes rios e nas zonas de lodo o país tem condições perfeitas para produzir arroz que é o alimento mais apreciado de todos os guineenses contribuindo potencialmente para o reforço da segurança alimentar nacional. Segundo o relatório, o arroz continua a ser um “sector negligenciado”, apesar da sua importância estratégica para a segurança alimentar nacional.

O turismo de natureza surge como outro recurso estratégico especialmente no arquipélago dos Bijagós onde as ilhas são reservas naturais protegidas com uma biodiversidade que não se encontra em mais lado nenhum. As praias virgens, a cultura única do povo das ilhas e o património histórico de locais como Bolama podem transformar o país num destino de eleição para viajantes do mundo inteiro que procuram beleza e paz (Sangreman, 2019). A AICEP (2026) identifica igualmente o turismo como um dos principais setores de oportunidade económica para investimento estrangeiro. Por fim, a posição geográfica de Bissau perto da Europa e de outros mercados africanos aliada a uma população muito jovem e cheia de vontade de aprender é o recurso mais estratégico de todos para fazer o país impulsionar o desenvolvimento económico e social. Segundo a AICEP (2026), a Guiné-Bissau possui uma “situação geográfica estratégica” e apresenta potencial de crescimento em vários setores económicos.

1.7. Fragilidades estruturais do Estado Guineense.

A realidade da Guiné-Bissau continua a ser marcada por fragilidades estruturais que condicionam o desenvolvimento do país, destacando-se entre elas a persistente instabilidade política e institucional. Desde que o país se tornou independente, tem sido muito difícil manter um governo a funcionar por muito tempo, com quedas constantes de governantes e intervenções dos militares no poder (Teixeira, 2021). Na verdade, o país é um dos que mais sofreu com golpes de Estado no mundo, o que faz com que nenhum plano de melhoria consiga chegar ao fim. Segundo Moreira (s.d.), a instabilidade político-institucional tornou-se uma das principais características do Estado guineense.

Esta fragilidade acontece em grande parte porque o Estado nasceu de uma guerra de libertação, o que deu aos militares uma força excessiva sobre as decisões políticas (Teixeira, 2021). Além disso, quando a colonização terminou, o país tinha pouquíssimas pessoas preparadas tecnicamente para administrar hospitais, escolas ou o próprio governo (Sangreman et al., 2018). Hoje, o poder é muitas vezes usado para favorecer pequenos grupos ou amigos, em vez de servir a toda a população. O relatório do g7+ (2017) afirma que as instituições públicas continuam fragilizadas por “patronage networks and political interference”, dificultando o funcionamento do Estado.

No dia a dia, os guineenses sentem que a justiça não funciona para todos. Muitas vezes, quem comete crimes e tem poder não é castigado, o que tira a confiança das pessoas nas instituições (g7+, 2017). Outro problema grave é que o estado quase não existe fora da capital, Bissau, deixando as zonas rurais sem estradas, luz ou segurança nas fronteiras, o que facilita crimes como o tráfico de droga (Sangreman et al., 2018). Ainda segundo Sangreman et al. (2018), existe uma forte “fragilidade institucional e territorial” que limita a presença efetiva do Estado em várias regiões do país.

Economicamente, os níveis de pobreza permanecem elevados, o que afeta quase 70% das pessoas (g7+, 2017). Quase todas as famílias dependem da venda da castanha de caju, e quando ocorrem oscilações dos preços internacionais ou condições climáticas adversas, a fome e a falta de dinheiro tornam-se um problema sério. O Consultative International Cashew Council destaca que a castanha de caju representa a principal base económica da Guiné-Bissau e a maior fonte de rendimento das famílias rurais (CICC, s.d.). Apesar de existirem bons planos para o futuro, como o projeto

"Terra Ranka", o grande desafio humano da Guiné-Bissau é conseguir que todos trabalhem juntos para transformar estas fragilidades numa nação unida e segura.

As fragilidades anteriormente descritas podem ser analisadas à luz da literatura da Ciência Política sobre os chamados Estados frágeis (*fragile states*). De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2022), um Estado é considerado frágil quando apresenta limitações significativas na sua capacidade para garantir segurança, assegurar a prestação de serviços públicos e responder de forma eficaz às necessidades da população. Neste sentido, a fragilidade não implica necessariamente a inexistência do Estado, mas sim a insuficiência da sua capacidade institucional para exercer plenamente as funções que lhe são atribuídas.

Esta perspetiva encontra-se próxima da análise desenvolvida por Migdal (1988), segundo a qual a força de um Estado deve ser avaliada não apenas pela existência formal das suas instituições, mas sobretudo pela sua capacidade efetiva de implementar políticas públicas, mobilizar recursos, garantir o cumprimento das leis e exercer autoridade sobre o território nacional. Quando estas capacidades se revelam reduzidas, surgem frequentemente espaços de intervenção ocupados por outros atores, entre os quais organizações internacionais, parceiros externos e organizações não-governamentais.

Paralelamente, a literatura sobre cooperação internacional tem vindo a destacar a importância do princípio de *local ownership*, segundo o qual os processos de desenvolvimento e reconstrução institucional devem ser conduzidos prioritariamente pelos próprios atores nacionais. Assim, a eficácia da ajuda internacional depende não apenas dos recursos disponibilizados pelos doadores, mas também da capacidade de fortalecer instituições locais capazes de assegurar a sustentabilidade das transformações alcançadas. É precisamente neste enquadramento que se torna pertinente analisar o papel desempenhado pela ajuda internacional e pelas organizações não-governamentais internacionais na Guiné-Bissau, tema que será desenvolvido no capítulo seguinte.

Capítulo 2- A ajuda internacional e o papel das ONGs na Guiné-Bissau

2.1 Sustentabilidade do Estado guineense: das potencialidades, das fragilidades e dos desafios.

Quando se fala da sustentabilidade do Estado guineense, não se está apenas a discutir a capacidade do país para gerar riqueza ou aumentar os seus indicadores económicos. Trata-se igualmente de compreender de que forma o Estado consegue responder às necessidades da população e qual o papel desempenhado pelos atores externos quando essa capacidade se revela insuficiente.

Na realidade, a sustentabilidade de um Estado depende da sua capacidade para garantir estabilidade política, assegurar o funcionamento das instituições públicas e responder às necessidades da população de forma contínua. No caso da Guiné-Bissau, esta questão torna-se ainda mais importante porque o país possui recursos e potencialidades que poderiam sustentar um processo sólido de desenvolvimento, mas continua confrontado com fragilidades estruturais que limitam e dificultam a sua capacidade de afirmação enquanto Estado plenamente consolidado.

Ao longo dos anos, vários estudos têm demonstrado que a Guiné-Bissau dispõe de condições naturais e humanas que poderiam servir de base para o desenvolvimento sustentável, o país possui terras férteis, abundantes recursos pesqueiros, importantes reservas minerais e uma posição geográfica privilegiada na costa ocidente da África. Para além disso, dispõe de uma população maioritariamente jovem, que representa ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade para o futuro. Segundo o Banco Mundial (2023), a agricultura, a pesca e a chamada economia azul continuam a ser alguns dos setores com maior potencial para impulsionar o crescimento económico e reduzir os níveis de pobreza que existem no país

No entanto, a experiência guineense demonstra que a existência de recursos naturais não é suficiente para garantir o desenvolvimento. Desde a independência, a construção do Estado tem sido marcada por sucessivos períodos de instabilidade política, conflitos institucionais e crises governativas que impediram a consolidação de políticas públicas duradouras. Em muitos momentos da história recente, a atenção dos dirigentes políticos foi absorvida por disputas de poder, deixando para segundo plano questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento económico e social. Como

refere o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Guiné-Bissau continua a enfrentar uma situação marcada por “chronic political instability”, considerada um dos principais fatores responsáveis pela fragilidade do Estado e pelos obstáculos ao desenvolvimento do país (FMI, 2015, p.4).

Esta situação tem consequências visíveis no dia a dia da população, apesar dos progressos registados em algumas áreas continuam a existir dificuldades significativas no acesso à saúde, à educação, à justiça e a outros serviços públicos essenciais. Em várias regiões do país, sobretudo fora dos principais centros urbanos, a presença do Estado continua a ser muito limitada, o que origina a que muitas comunidades dependam do apoio de organizações internacionais e de organizações não governamentais para aceder a serviços que, em teoria, deveriam ser assegurados pelas instituições públicas. O relatório das Nações Unidas observa igualmente que a “fragility of State and its governance framework” continua a construir um dos principais obstáculos à consolidação institucional e ao fortalecimento do Estado de Direito na Guiné-Bissau (United Nations, 2023)

É precisamente neste contexto que a ajuda internacional assume uma importância fulcral. Ao longo das últimas décadas, organizações das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, organizações regionais e diversos países parceiros têm desempenhado um papel fundamental no apoio à Guiné-Bissau. Em diferentes momentos de crise, a assistência externa permitiu financiar projetos de desenvolvimento, apoiar reformas institucionais e garantir a continuidade de serviços essenciais. O próprio relatório das Nações Unidas reconhece que a fragilidade das instituições públicas continua a ser dos principais obstáculos ao desenvolvimento, exigindo um apoio constante da comunidade internacional (United Nations, 2023)

Contudo, esta realidade levanta algumas questões importantes, se por um lado a ajuda internacional tem contribuído para evitar o agravamento das dificuldades económicas e sociais, por outro lado também criou uma forte dependência externa em vários setores da vida do país. Em muitos casos, programas fundamentais para a saúde, educação, alimentação ou reforço institucional dependem quase totalmente do financiamento dos parceiros internacionais. Esta situação faz com que a sustentabilidade do Estado guineense continue ligada à capacidade de manter relações de cooperação com os seus parceiros externos.

O desafio passa, por isso, por encontrar um equilíbrio entre o apoio internacional e o fortalecimento das capacidades nacionais. A construção das instituições mais

eficazes, o combate à corrupção, a valorização dos recursos humanos e a diversificação da economia constituem passos fundamentais para reduzir a dependência externa e aumentar a autonomia do Estado. Como argumenta o Banco Mundial (2023), muitos dos problemas identificados há vários anos continuam presentes, demonstrando que a consolidação do Estado exige reformas profundas e um real compromisso político.

Assim, a sustentabilidade do Estado guineense deve ser entendida como um processo em construção, o país possui recursos, potencialidades e parceiros capazes de apoiar o seu desenvolvimento, mas enfrenta igualmente desafios que não podem ser resolvidos apenas com ajuda externa. A verdadeira sustentabilidade dependerá da capacidade das instituições nacionais se fortalecerem, nesse sentido, o Banco Mundial considera que a redução da fragilidade institucional constitui uma condição essencial para alcançar uma “sustained poverty reduction and shared prosperity” na Guiné-Bissau (World Bank, 2023).

As limitações da capacidade estatal observadas ao longo das últimas décadas criaram espaço para a intervenção de diversos atores internacionais. Em muitas regiões da Guiné-Bissau, sobretudo fora dos principais centros urbanos, organizações internacionais e organizações não-governamentais passaram a desempenhar funções ligadas à saúde, educação, segurança alimentar e desenvolvimento comunitário. Esta realidade contribuiu para que as ONGs fossem progressivamente reconhecidas pelas populações locais como atores relevantes na resposta a problemas que o Estado nem sempre conseguiu resolver. Assim, a análise da sustentabilidade do Estado guineense encontra-se diretamente ligada à compreensão do papel desempenhado pela ajuda internacional e pelas ONGs no processo de reconstrução nacional.

É neste contexto que se torna necessário analisar de forma mais detalhada o impacto da ajuda internacional e o papel desempenhado pelas organizações internacionais e pelas ONG 's na reconstrução da Guiné-Bissau.

2.2. O impacto e a relevância do apoio internacional: programas e projetos de apoio político e humanitário.

A história recente da Guiné-Bissau demonstra que a ajuda internacional tem desempenhado um papel fundamental na manutenção da estabilidade política e no apoio ao desenvolvimento do país. As sucessivas crises institucionais, os períodos de instabilidade governativa e as limitações da capacidade estatal criaram um contexto em

que a intervenção de parceiros internacionais se tornou indispensável para assegurar o funcionamento de diversos setores da vida nacional. Neste sentido, a ajuda internacional não deve ser entendida apenas como um mecanismo de assistência financeira, mas também como um instrumento de apoio à construção institucional, à promoção da paz e à consolidação do Estado.

Ao longo das últimas décadas, a comunidade internacional tem acompanhado de perto a evolução política da Guiné-Bissau. A persistência de golpes de Estado, crises constitucionais e conflitos entre os diferentes órgãos de soberania levou diversas organizações internacionais a assumirem um papel ativo na prevenção da instabilidade e na promoção do diálogo político. Segundo o Banco Mundial (2023), muitos dos desafios que condicionam o desenvolvimento do país continuam associados à fragilidade institucional e à dificuldade em consolidar mecanismos eficazes de governação. Neste contexto, o apoio internacional passou a ser visto não apenas como uma resposta a situações de emergência, mas como uma condição necessária para a estabilização do país e para a implementação de reformas estruturais.

Entre os principais parceiros da Guiné-Bissau destacam-se as Nações Unidas, cuja a presença tem sido particularmente relevante no domínio da consolidação da paz, do reforço institucional e do desenvolvimento humano. Através de diferentes agências, programas e missões, as Nações Unidas têm apoiado iniciativas relacionadas com a governação democrática, o fortalecimento do sistema judicial, a promoção dos direitos humanos e a melhoria das condições de vida da população. O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem desempenhado um papel importante na modernização das instituições públicas e na promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável. Paralelamente, organismos como a UNICEF e o Programa Alimentar Mundial (PAM) têm desenvolvido projetos ligados à educação, saúde, proteção da infância e segurança alimentar. O relatório das Nações Unidas sobre a situação da Guiné-Bissau destaca que a fragilidade das estruturas estatais continua a exigir um forte compromisso da comunidade internacional para garantir a continuidade de serviços essenciais e apoiar os processos de reforma institucional (United Nations, 2023).

Para além da vertente humanitária, as Nações Unidas assumiram igualmente um papel político relevante. A Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas identificou a reforma do setor da segurança, o fortalecimento do Estado de Direito e a promoção da estabilidade política como áreas prioritárias para a construção de uma paz

imperativa no país. Esta intervenção tornou-se particularmente importante em períodos de crise, nos quais a mediação internacional contribuiu para reduzir tensões políticas e evitar situações de conflito mais graves.

Outro parceiro fundamental tem sido a União Europeia. Para além do apoio financeiro ao desenvolvimento, a União Europeia tem investido significativamente em programas de reforço institucional, reforma da administração pública e promoção da boa governação. O apoio europeu manifesta-se igualmente através do financiamento de projetos de desenvolvimento rural, infraestruturas, saúde e educação. Em vários momentos de instabilidade política, a União Europeia assumiu uma posição ativa na defesa da ordem constitucional e no incentivo ao diálogo entre os diferentes atores políticos nacionais. A sua atuação tem procurado criar condições para uma maior estabilidade institucional, entendida como um elemento indispensável para o desenvolvimento económico e social.

A nível regional, tanto a União Africana como a CEDEAO desempenharam um papel decisivo na gestão das crises políticas guineenses. A proximidade geográfica e a preocupação com a estabilidade regional levaram estas organizações a intervir frequentemente em momentos de tensão política. Em várias ocasiões, a CEDEAO promoveu processos de mediação entre os diferentes atores políticos nacionais e apoiou missões destinadas a garantir a estabilidade institucional. Esta intervenção regional tornou-se particularmente relevante devido ao reconhecimento de que a instabilidade na Guiné-Bissau produz impactos que ultrapassam as fronteiras nacionais e afetam a segurança de toda a África Ocidental.

Em conformidade com a ação das organizações internacionais, vários Estados têm contribuído para o apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Portugal mantém uma posição de destaque devido aos laços históricos e linguísticos que unem os dois países, a cooperação portuguesa tem incidido sobretudo nas áreas da educação, justiça, formação da administração pública e fortalecimento institucional. O Brasil também tem desempenhado um papel relevante através da cooperação técnica e da partilha de experiências em setores como a agricultura, a saúde e a formação profissional. Outros países, como a China, têm aumentado progressivamente a sua presença através do financiamento de infraestruturas e de projetos de cooperação económica. Da mesma forma, Cuba tem contribuído para o setor da saúde através da formação de profissionais e do envio de especialistas para o país.

Contudo, a relevância da ajuda internacional não deve ser analisada apenas pelos recursos disponibilizados ou pelos projetos implementados, é também necessário compreender os seus efeitos sobre a capacidade do Estado guineense. Em muitos casos, a intervenção dos parceiros internacionais permitiu suprir necessidades imediatas e evitar o agravamento de crises sociais e políticas. No entanto, a dependência prolongada da assistência externa levanta questões sobre a sustentabilidade dos resultados alcançados, como refere o próprio relatório das Nações Unidas, uma das causas estruturais da fragilidade guineense está associada à forte dependência da ajuda externa, situação que faz com que o Estado se torne frequentemente “more responsive to the needs and demands of donors, instead of those of its citizens” (United Nations, 2023).

Assim, o impacto do apoio internacional na Guiné-Bissau apresenta uma natureza ambivalente. Por um lado, permitiu financiar programas essenciais, apoiar reformas institucionais e promover a estabilidade política, por outro lado, contribuiu para a criação de dinâmicas de dependência que continuam a limitar a autonomia do Estado. Esta realidade torna-se particularmente visível na crescente importância adquirida pelas organizações não-governamentais internacionais, cuja atuação se expandiu precisamente nos espaços onde o Estado revelou maiores dificuldades de interação. Compreender essa evolução torna-se fundamental para analisar a influência das ONGs internacionais na reconstrução do Estado guineense, questão essa que será desenvolvida no ponto seguinte.

2.3. Influência das ONGs Internacionais na Reconstrução do Estado Guineense pós 1974

A influência das organizações não-governamentais internacionais (ONGs) na Guiné-Bissau constitui uma das dimensões mais importantes para compreender a evolução do país após a independência. Contudo, analisar esta influência implica ultrapassar uma visão simplista que apresenta as ONGs apenas como agentes de ajuda humanitária ou parceiros do desenvolvimento. No caso guineense, essas organizações tornaram-se atores centrais da vida social, económica e, em certa medida, política, assumindo responsabilidades que, em muitos contextos, seriam desempenhadas pelo próprio Estado. Por essa razão, a sua atuação deve ser analisada não apenas pelos

benefícios produzidos, mas também pelas implicações que teve para o processo de construção estatal.

Como foi demonstrado anteriormente, a independência conquistada em 1974 não foi acompanhada pela criação de instituições suficientemente robustas para assegurar uma presença efetiva do Estado em todo o território nacional. As dificuldades económicas, a escassez de recursos humanos qualificados, a instabilidade política recorrente e os sucessivos golpes de Estado limitaram a capacidade das instituições públicas para responder às necessidades da população. Em consequência, vastos setores da sociedade passaram a depender do apoio internacional para garantir o acesso a serviços básicos como saúde, educação, alimentação, abastecimento de água e desenvolvimento rural. Foi precisamente neste contexto que as ONGs internacionais encontraram espaço para expandir a sua intervenção.

O surgimento destas organizações não deve ser interpretado como um fenómeno accidental. A sua presença está diretamente relacionada com a incapacidade do Estado para assegurar determinadas funções consideradas essenciais. Em muitos casos, as ONGs passaram a atuar onde a intervenção estatal era reduzida ou inexistente. Esta realidade tornou-se particularmente evidente nas zonas rurais, onde o acesso a serviços públicos permaneceu limitado durante décadas. Assim, a expansão das ONGs não resultou apenas da disponibilidade de financiamento internacional, mas também da existência de necessidades concretas que permaneciam sem resposta adequada por parte das instituições públicas.

A legitimidade adquirida pelas ONGs junto das populações locais explica-se precisamente por esta capacidade de intervenção. Em muitas comunidades guineenses, a experiência quotidiana dos cidadãos demonstra que os projetos agrícolas, os programas de nutrição, as campanhas de vacinação, os sistemas de abastecimento de água ou os projetos de educação comunitária são frequentemente implementados por organizações não-governamentais. Para muitas famílias, a presença destas organizações tornou-se mais visível do que a própria presença do Estado. Como consequência, a confiança depositada nas ONGs resulta menos da sua natureza internacional e mais da sua capacidade para responder a problemas concretos que afetam diretamente a vida das comunidades.

Esta realidade ajuda a compreender porque razão as ONGs adquiriram um elevado grau de legitimidade social. Ao contrário da legitimidade política, que normalmente deriva de processos eleitorais ou de mecanismos formais de representação,

a legitimidade das ONGs assenta sobretudo nos resultados produzidos. Quando uma organização consegue melhorar o acesso à água potável, reduzir a insegurança alimentar ou garantir cuidados básicos de saúde, tende a ser reconhecida pelas populações como uma instituição útil e credível. Neste sentido, a legitimidade das ONGs na Guiné-Bissau foi construída através da sua capacidade de responder a necessidades concretas e não através de qualquer forma de autoridade política formal.

O setor da saúde constitui um dos exemplos mais significativos desta dinâmica. Baldursdóttir, Gunnlaugsson e Einarsdóttir (2018) demonstram que, perante a fragilidade do sistema nacional de saúde, diversos doadores internacionais optaram por canalizar recursos diretamente para organizações não-governamentais responsáveis pela implementação de programas comunitários. Os autores descrevem esta realidade como um processo de “NGO-ization of community healthcare”, caracterizado pela crescente transferência de responsabilidades tradicionalmente associadas ao Estado para organizações não-governamentais. Segundo os autores, esta estratégia permitiu assegurar a continuidade dos serviços em várias comunidades, mas criou igualmente novos desafios relacionados com a sustentabilidade institucional e com a capacidade do Estado para assumir a liderança dos programas desenvolvidos.

A análise de Russo et al. (2017) conduz a conclusões semelhantes. Os autores defendem que a deterioração dos recursos humanos no setor da saúde não pode ser compreendida sem considerar o contexto histórico e político da Guiné-Bissau. A fragilidade institucional, a instabilidade governativa e a dependência da ajuda externa contribuíram para a criação de um sistema de saúde incapaz de responder autonomamente às necessidades da população. Neste contexto, a intervenção das ONGs desempenhou um papel fundamental para evitar o colapso de diversos serviços essenciais.

Contudo, os efeitos da atuação das ONGs não se limitam ao setor da saúde. Organizações como a ADRA, a ActionAid, a Plan International, a Cáritas e a Tiniguena desenvolveram projetos de grande relevância nos domínios da educação, segurança alimentar, agricultura sustentável, proteção da infância e preservação ambiental. Em várias regiões do país, estas organizações contribuíram para melhorar as condições de vida das comunidades e para reduzir situações de vulnerabilidade extrema. No arquipélago dos Bijagós, por exemplo, Madeira (2015) demonstra que a intervenção de organizações locais e internacionais contribuiu para a proteção dos recursos naturais e

para a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável compatíveis com as necessidades das populações locais.

Apesar destes contributos, uma análise rigorosa exige igualmente a consideração dos efeitos menos visíveis da intervenção das ONGs. Um dos aspetos mais complexos da sua atuação reside precisamente no seu carácter paradoxal. As mesmas organizações que contribuíram para melhorar o acesso a serviços essenciais são também aquelas cuja presença evidencia as limitações persistentes do Estado. Em certa medida, o sucesso das ONGs constitui simultaneamente um indicador do fracasso institucional. Quanto maior for a necessidade de intervenção externa para assegurar funções básicas, mais evidente se torna a incapacidade do Estado para desempenhar plenamente as responsabilidades que lhe competem.

É precisamente neste ponto que surge a principal questão desta investigação. As ONGs contribuíram para fortalecer o Estado guineense ou acabaram por substituí-lo parcialmente? A resposta não é simples. Segundo Lewis (2009), as organizações não-governamentais podem funcionar simultaneamente como instrumentos de fortalecimento institucional e como mecanismos de substituição do Estado. Quando trabalham em articulação com as instituições públicas e investem no desenvolvimento de capacidades nacionais, podem contribuir para reforçar a governação e a sustentabilidade dos programas implementados. Contudo, quando operam de forma paralela às estruturas estatais, existe o risco de criarem sistemas alternativos de prestação de serviços que reduzem o papel do Estado perante os cidadãos.

No caso da Guiné-Bissau, ambas as situações podem ser observadas. Por um lado, seria difícil imaginar a evolução recente de vários indicadores sociais sem a contribuição das ONGs internacionais. Por outro lado, a persistência da dependência externa demonstra que muitos dos ganhos alcançados não foram acompanhados por um fortalecimento proporcional das capacidades estatais. O próprio relatório das Nações Unidas reconhece que uma das características da fragilidade guineense reside no facto de o Estado se tornar frequentemente “more responsive to the needs and demands of donors, instead of those of its citizens” (United Nations, 2023). Esta observação evidencia que a dependência da ajuda internacional influencia não apenas os recursos disponíveis, mas também os processos de definição de prioridades políticas e de desenvolvimento.

Assim, a influência das ONGs internacionais na reconstrução da Guiné-Bissau deve ser entendida como uma realidade simultaneamente positiva e contraditória.

Positiva porque permitiu responder a necessidades urgentes, reduzir vulnerabilidades e apoiar comunidades frequentemente excluídas da ação estatal. Contraditória porque a sua presença prolongada também evidencia as dificuldades persistentes do Estado em afirmar-se como principal garante do bem-estar coletivo. A análise desenvolvida permite concluir que as ONGs desempenharam um papel indispensável na reconstrução social do país, mas não conseguiram resolver o problema fundamental da fragilidade institucional. Em muitos casos, contribuíram para melhorar a vida das populações; em outros, acabaram por ocupar espaços que deveriam ser progressivamente assumidos pelas instituições públicas. Deste modo, a questão central não consiste em determinar se as ONGs ajudaram ou não a Guiné-Bissau, mas sim em compreender se essa ajuda tem sido acompanhada por um fortalecimento efetivo do Estado ou se tem contribuído para perpetuar formas de dependência que continuam a limitar a sua consolidação.

Capítulo 3- Desafios e Perspetivas para a Consolidação do Estado Guineense.

3.1. Entre a Dependência da Ajuda Internacional e o Fortalecimento Institucional do Estado.

A análise desenvolvida ao longo dos capítulos anteriores demonstra que a relação entre a ajuda internacional e o fortalecimento do Estado constitui um dos debates mais relevantes da realidade contemporânea da Guiné-Bissau. Como foi demonstrado ao longo do capítulo anterior, a intervenção das organizações internacionais e das organizações não-governamentais internacionais revelou-se fundamental para responder a muitas das dificuldades enfrentadas pelo país após a independência. Num contexto marcado por sucessivas crises políticas, limitações financeiras e fragilidade institucional, a ajuda externa permitiu assegurar a continuidade de diversos programas nas áreas da saúde, educação, segurança alimentar e desenvolvimento comunitário, contribuindo para melhorar as condições de vida de uma parte significativa da população.

A importância desta intervenção torna-se particularmente evidente quando se observa a reduzida capacidade do Estado guineense para garantir, de forma autónoma e continuada, determinados serviços públicos essenciais. Em muitas regiões do país, sobretudo fora dos principais centros urbanos, foram frequentemente as organizações internacionais que asseguraram o acesso a cuidados básicos de saúde, projetos educativos, programas de capacitação agrícola e iniciativas de apoio às comunidades locais. Russo et al. (2017) destacam que uma parte significativa dos avanços registados no setor da saúde esteve diretamente associada ao apoio financeiro e técnico disponibilizado por parceiros internacionais, evidenciando a importância da cooperação internacional para o funcionamento de áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Contudo, a mesma ajuda que contribuiu para responder a necessidades urgentes levanta também importantes questões relativamente à sustentabilidade do Estado guineense. Ao longo das últimas décadas, diversos autores têm alertado para o risco de a ajuda internacional, quando prolongada no tempo e excessivamente concentrada na prestação direta de serviços, contribuir para situações de dependência institucional.

Lewis (2009) refere que as organizações não-governamentais assumem frequentemente funções que, em circunstâncias normais, deveriam ser desempenhadas pelas estruturas públicas, podendo criar uma relação em que o fortalecimento do Estado não acompanha o crescimento da intervenção externa.

No caso da Guiné-Bissau, esta questão assume uma relevância particular. Embora as ONGs internacionais tenham desempenhado um papel fundamental no apoio às populações e na execução de projetos de desenvolvimento, muitos desses projetos continuam dependentes de financiamento externo e da presença permanente de parceiros internacionais. Tal situação torna-se especialmente problemática quando os programas terminam ou quando os financiamentos são reduzidos, uma vez que as instituições nacionais nem sempre possuem os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para assegurar a continuidade das iniciativas implementadas.

Por outro lado, seria igualmente injusto atribuir à ajuda internacional a responsabilidade pelas fragilidades do Estado guineense. Grande parte das dificuldades atualmente existentes resulta de fatores históricos, políticos e económicos que antecedem a intervenção das organizações internacionais. A instabilidade política, a fragilidade da administração pública, as dificuldades de arrecadação fiscal e os sucessivos períodos de crise institucional limitaram significativamente a capacidade do Estado para assumir plenamente as suas funções. Neste contexto, a cooperação internacional surgiu não como causa da fragilidade estatal, mas como uma resposta às limitações já existentes.

É precisamente por essa razão que a discussão não deve centrar-se na necessidade de reduzir ou eliminar a ajuda internacional, mas antes na forma como essa ajuda pode contribuir para reforçar as capacidades nacionais. A literatura sobre Estados frágeis destaca cada vez mais a importância do princípio de local ownership, segundo o qual os processos de desenvolvimento devem ser liderados pelos próprios atores nacionais, cabendo aos parceiros internacionais um papel de apoio e fortalecimento institucional (OECD, 2022). Mais do que substituir o Estado, a ajuda internacional deve procurar criar condições para que este seja progressivamente capaz de assumir as suas responsabilidades de forma autónoma e sustentável.

Neste sentido, o futuro da Guiné-Bissau depende da capacidade de transformar a cooperação internacional num instrumento de fortalecimento institucional. Como defende Migdal (1988), a força de um Estado mede-se pela sua capacidade efetiva para implementar políticas públicas, mobilizar recursos e garantir a autoridade das suas

instituições. Assim, o verdadeiro desafio não consiste apenas em continuar a receber ajuda internacional, mas em utilizar essa ajuda para construir instituições mais fortes, mais eficazes e menos dependentes da intervenção externa. Só através deste equilíbrio entre cooperação internacional e fortalecimento institucional será possível consolidar um modelo de desenvolvimento mais sustentável e compatível com as aspirações de autonomia do Estado guineense.

3.2. Da Dependência à Autonomia: Perspetivas para o Fortalecimento do Estado Guineense

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstra que a ajuda internacional desempenhou um papel fundamental na resposta às fragilidades do Estado guineense e na melhoria das condições de vida da população. Contudo, também evidencia que o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau não poderá depender indefinidamente da intervenção de atores externos. Embora a cooperação internacional continue a ser importante, sobretudo num contexto marcado por limitações institucionais e financeiras, o futuro do país dependerá da sua capacidade para construir uma base económica sólida, reforçar as suas instituições e aumentar progressivamente a autonomia do Estado.

Um dos maiores desafios da Guiné-Bissau consiste precisamente na transformação das suas potencialidades económicas em instrumentos efetivos de desenvolvimento. Apesar de ser frequentemente associada a indicadores de pobreza e fragilidade institucional, a Guiné-Bissau possui recursos naturais consideráveis que, se devidamente geridos, poderão contribuir para reduzir a dependência da ajuda externa. Entre esses recursos destaca-se a castanha de caju, frequentemente designada como o “ouro verde” do país. Atualmente, a economia guineense continua fortemente dependente da exportação de castanha em estado bruto, situação que limita significativamente a criação de valor acrescentado no território nacional. Segundo o Enhanced Integrated Framework (EIF, 2010), uma das principais fragilidades da economia guineense reside precisamente na reduzida capacidade de transformação local da produção agrícola.

Neste sentido, a promoção de unidades nacionais de transformação e processamento da castanha de caju poderá representar um importante passo para a diversificação económica e para o aumento das receitas fiscais do Estado. Para além de gerar emprego e estimular o investimento privado, a industrialização parcial da cadeia

de produção permitiria captar uma maior parcela dos rendimentos atualmente absorvidos pelos mercados externos. Como refere a AICEP (2026), o desenvolvimento de atividades de transformação agroindustrial constitui uma das áreas com maior potencial para impulsionar o crescimento económico da Guiné-Bissau nos próximos anos.

Paralelamente, o país dispõe de recursos haliêuticos de grande relevância económica. As águas territoriais da Guiné-Bissau encontram-se entre as mais ricas da África Ocidental, constituindo uma importante fonte de rendimento e de segurança alimentar para milhares de famílias. No entanto, a exploração destes recursos continua marcada por dificuldades relacionadas com a fiscalização marítima, a pesca ilegal e a limitada capacidade do Estado para controlar de forma eficaz a utilização dos seus recursos naturais. O reforço das instituições responsáveis pela gestão das pescas e a negociação de acordos mais equilibrados com parceiros internacionais poderão contribuir para aumentar as receitas públicas e assegurar uma exploração mais sustentável dos recursos marítimos.

Outro setor frequentemente apontado como estratégico para o futuro do país é o setor mineiro. Diversos estudos referem a existência de reservas significativas de bauxite e fosfatos, particularmente nas regiões de Boé e Farim. Contudo, a experiência de vários países demonstra que a abundância de recursos naturais não constitui, por si só, uma garantia de desenvolvimento. Pelo contrário, quando não existe transparência, capacidade regulatória e controlo institucional, os recursos minerais podem transformar-se num fator adicional de instabilidade e desigualdade. Por essa razão, qualquer estratégia de exploração mineira deverá ser acompanhada por mecanismos eficazes de supervisão pública, transparência fiscal e distribuição equilibrada dos benefícios gerados.

Apesar da importância dos recursos económicos, o fortalecimento do Estado guineense não depende exclusivamente do crescimento económico. A consolidação das instituições públicas continua a representar uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável do país. Como defende Migdal (1988), a força de um Estado mede-se pela sua capacidade de implementar políticas públicas, mobilizar recursos e exercer autoridade legítima sobre o território. Neste sentido, torna-se fundamental investir no reforço da administração pública, na modernização do sistema judicial, na melhoria dos serviços de educação e saúde e no desenvolvimento de mecanismos de arrecadação fiscal mais eficazes.

A estabilidade política constitui igualmente um elemento indispensável para qualquer estratégia de desenvolvimento de longo prazo. A história recente da Guiné-Bissau demonstra que os sucessivos períodos de instabilidade política tiveram impactos negativos na confiança dos investidores, na execução de políticas públicas e na própria credibilidade das instituições nacionais. A consolidação de uma cultura democrática baseada no respeito pelas instituições, na separação de poderes e na resolução pacífica dos conflitos políticos representa, por isso, um dos maiores desafios para o futuro do país.

Neste processo, a ajuda internacional continua a ter um papel relevante a desempenhar. Contudo, a sua função deverá evoluir progressivamente de uma lógica de substituição para uma lógica de fortalecimento institucional. Em vez de assumir diretamente funções que pertencem ao Estado, a cooperação internacional deverá privilegiar a formação de recursos humanos, o reforço das capacidades administrativas e o apoio à construção de instituições mais sólidas e autónomas. Como sublinha a OECD (2022), os processos de desenvolvimento mais sustentáveis são aqueles que reforçam a capacidade dos próprios Estados para liderarem as suas estratégias de crescimento e transformação social.

Em suma, o futuro da Guiné-Bissau dependerá da sua capacidade para transformar os seus recursos naturais, económicos e humanos em instrumentos efetivos de desenvolvimento. A ajuda internacional continuará a ser importante, mas não poderá constituir o principal motor do progresso nacional. O verdadeiro desafio consiste em construir um Estado capaz de gerar riqueza, mobilizar recursos internos e garantir serviços públicos de qualidade aos seus cidadãos. Só através deste processo será possível reduzir gradualmente a dependência externa e consolidar um modelo de desenvolvimento assente na autonomia, na estabilidade institucional e na valorização das potencialidades nacionais.

Conclusão

A presente investigação procurou analisar a influência das organizações não-governamentais internacionais na reconstrução do Estado guineense após a independência, partindo da constatação de que a Guiné-Bissau continua a enfrentar importantes desafios políticos, económicos e institucionais que condicionam o seu desenvolvimento. Ao longo do trabalho foi possível compreender que a fragilidade do Estado guineense resulta de um conjunto complexo de fatores históricos, políticos e socioeconómicos que se foram acumulando desde a independência, contribuindo para a limitação da capacidade das instituições públicas em assegurar de forma eficaz as suas funções fundamentais.

A análise realizada demonstrou que a ajuda internacional assumiu um papel central na resposta a muitas destas fragilidades. Organizações internacionais, Estados parceiros e organizações não-governamentais internacionais contribuíram significativamente para a implementação de programas nas áreas da saúde, educação, segurança alimentar, desenvolvimento rural, direitos humanos e fortalecimento comunitário. Em diversos momentos da história recente do país, a intervenção destes atores revelou-se indispensável para garantir a continuidade de serviços básicos e apoiar populações particularmente vulneráveis.

Ao mesmo tempo, o estudo permitiu concluir que a atuação das ONGs internacionais não pode ser analisada apenas numa perspetiva de assistência humanitária. A sua presença está diretamente relacionada com as limitações do Estado guineense em assegurar determinadas funções essenciais, sobretudo em contextos de instabilidade política e fragilidade institucional. Neste sentido, as ONGs ganharam legitimidade junto das populações não apenas pelos recursos que mobilizam, mas também pela sua capacidade de responder a necessidades concretas frequentemente negligenciadas ou insuficientemente asseguradas pelas estruturas estatais.

Contudo, a investigação evidenciou igualmente que a dependência prolongada da ajuda internacional pode gerar desafios significativos para o processo de consolidação do Estado. Embora a cooperação internacional tenha contribuído para melhorar diversos indicadores sociais e apoiar o desenvolvimento do país, a substituição contínua de funções tradicionalmente associadas ao Estado pode limitar o fortalecimento das capacidades institucionais nacionais. Assim, o principal desafio não consiste em reduzir a importância da ajuda internacional, mas sim em garantir que esta

contribua efetivamente para o reforço das instituições públicas e para a construção de uma maior autonomia estatal.

A resposta à questão de investigação permite concluir que as organizações não-governamentais internacionais desempenharam um papel relevante na reconstrução do Estado guineense após 1974, contribuindo para a mitigação de fragilidades estruturais e para a melhoria das condições de vida da população. Contudo, a sua influência não pode ser entendida como uma solução permanente para os problemas do país. O desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau dependerá sobretudo da capacidade do próprio Estado para consolidar as suas instituições, mobilizar recursos internos e assumir progressivamente as responsabilidades que atualmente continuam a ser partilhadas com atores externos.

Por fim, a análise realizada demonstra que o futuro da Guiné-Bissau não passa pela rejeição da ajuda internacional, mas pela sua transformação num instrumento de fortalecimento institucional e de promoção da autonomia nacional. A valorização dos recursos económicos do país, o reforço da administração pública, a consolidação do Estado de direito e a promoção da estabilidade política constituem condições essenciais para que a cooperação internacional deixe de ser encarada como uma necessidade permanente e passe a representar um apoio complementar a um projeto de desenvolvimento liderado pelos próprios guineenses.

Enquanto cidadão guineense, a realização deste trabalho permitiu aprofundar a compreensão dos desafios que continuam a marcar o percurso do país, mas também das potencialidades que podem contribuir para um futuro mais estável e próspero. Apesar das dificuldades existentes, a Guiné-Bissau dispõe de recursos humanos, naturais e culturais capazes de sustentar um processo de desenvolvimento mais autónomo e inclusivo. O verdadeiro desafio consiste em criar instituições fortes, legítimas e eficazes que permitam transformar essas potencialidades em benefícios concretos para toda a população.

Fontes bibliográficas:

- Abiodun, T. F., & Fajimbola, J. O. (2021). *Security and intelligence challenges in Guinea-Bissau, Africa's narco-state and issues beyond borders*. *Advances in Social Sciences Research Journal*, 8(6), 71–82.
<https://doi.org/10.14738/assrj.86.10316>
- African Union. (2023). *Peace, governance and institutional support in Guinea-Bissau*. African Union Commission.
- Agência Brasileira de Cooperação. (2023). *Cooperação técnica entre o Brasil e a Guiné-Bissau*. Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
<https://www.gov.br/abc/pt-br>
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). (2026). *Guiné-Bissau: Perfil mercado*. AICEP Portugal Global.
- Almeida, P. V. de. (s.d.). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. ResearchGate.
- Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas. (2018). *Estudo sobre a Guiné-Bissau*.
https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1.pdf
- Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. (2020). *Constituição da República da Guiné-Bissau*.
<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicao-da-republica>
- Baldé, D., & Dansó, I. (2024, 4 de julho). *Guiné-Bissau: O “regime” das “ordens superiores”*. Deutsche Welle.
<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-o-regime-das-ordens-superiores/a-69561912>
- Baldursdóttir, S., Gunnlaugsson, G., & Einarsdóttir, J. (2018). Donor dilemmas in a fragile state: NGO-ization of community healthcare in Guinea-Bissau. *Development Studies Research*, 5(Suppl. 1), S27–S39.
<https://doi.org/10.1080/21665095.2018.1500143>
- Banco Mundial. (2026). *Guiné-Bissau: Visão geral (dados de crescimento, dívida e previsões 2025–2027)*. Grupo Banco Mundial.
<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>

- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (2024). *Programa de Cooperação Portugal–Guiné-Bissau*. Camões, I.P.
<https://www.instituto-camoes.pt>
- CODESRIA – Council for the Development of Social Science Research in Africa. (s.d.). *Africa Development: arquivo de edições*.
<https://journals.codesria.org/index.php/ad/issue/archive/4>
- Consultative International Cashew Council (CICC). (s.d.). *Guiné-Bissau*.
<https://ciccashew.org/pt/guine-bissau/>
- Economic Community of West African States (ECOWAS). (2022). *ECOWAS interventions and democratic governance in Guinea-Bissau*. ECOWAS Commission. <https://www.ecowas.int>
- Enhanced Integrated Framework (EIF). (2010). *Guiné-Bissau – Diagnostic Trade Integration Study (DTIS)*. Enhanced Integrated Framework.
https://www.enhancedif.org/system/files/uploads/guinea-bissau_dtis_portuguese.pdf
- European Union. (2021). *Multiannual Indicative Programme 2021–2027: Guinea-Bissau*. European Commission.
https://international-partnerships.ec.europa.eu/countries/guinea-bissau_en
- Forum on China–Africa Cooperation (FOCAC). (2022). *China–Guinea-Bissau cooperation and development partnerships*.
- G7+. (2017). *Guinea-Bissau fragility assessment report*. G7+.
https://www.g7plus.org/wp-content/uploads/2022/02/Guinea-Bissau-Fragility-Assessment-Report-_2017.pdf
- Ié, N. C. (2019). *Sistema político de governação na Guiné-Bissau (1991–2019)*. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1657/3/2019_arti_nivaldoie.pdf
- International Monetary Fund. (2015). *Guinea-Bissau: Selected issues*. International Monetary Fund.
<https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2015/195/article-A001-en.xml>
- Jaló, S. (2023). Guinea-Bissau: 30 years of militarized democratization (1991–2021). *Frontiers in Political Science*, 5, 1078771.
<https://doi.org/10.3389/fpos.2023.1078771>

- Lewis, D. (2009). *Non-governmental organizations, management and development* (3.^a ed.). Routledge.
- Ludovici, A. (2016). *Perceção e apropriação do território: Os guineenses em Lisboa: Duas gerações em comparação* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território].
- Madeira, J. P. (2015). The role of local and international NGOs in environmental preservation and sustainability of the Bijagós Archipelago. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 1(3), 191–202.
- Migdal, J. S. (1988). *Strong societies and weak states: State-society relations and state capabilities in the Third World*. Princeton University Press.
- Ministério da Defesa Nacional. (2021). *O fim do império*.
<https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm/edicoes/ano1/n12021/fimimperio>
- Monteiro, C., Pereira, D., Pires, H., & Espírito Santo, J. (2019). *Constituição da República da Guiné-Bissau anotada*. Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas, Faculdade de Direito de Bissau.
- Moreira, J. (s.d.). *Guiné-Bissau e suas fragilidades políticos-institucionais*. Trabalho apresentado no VI Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP).
- Nóbrega, Á. C. (2003). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- OECD. (2022). *States of Fragility 2022*. OECD Publishing.
<https://doi.org/10.1787/c7fedf5e-en>
- Okafor, O. C. (2003). Review of books on peacebuilding and security in West Africa. *American Journal of International Law*, 97(3), 741–748.
- Pauleta, F. (s.d.). *A ACEP e a promoção dos direitos humanos: O caso da Justiça na Guiné-Bissau*. Universidade de Lisboa.
- Russo, G., Pavignani, E., Guerreiro, C. S., Neves, C., Martins, F., & Ferrinho, P. (2017). Can we halt health workforce deterioration in failed states? Insights from Guinea-Bissau on the nature, persistence and evolution of its HRH crisis. *Human Resources for Health*, 15(12).
<https://doi.org/10.1186/s12960-017-0189-0>
- Sangreman, C. (Coord.). (2019). *Guiné-Bissau – Notas sobre o presente e o futuro*. CEsA-ISEG/Universidade de Lisboa.

- Sangreman, C., Putzel, J., Carvalho, A. L., Martins, G., Guerreiro, S., Henriques, A., Proença, F., & Barreto, N. (2018). *A propósito de fragilidades e complexidades do desenvolvimento: O caso da Guiné-Bissau*. *Mundo Crítico – Revista de Desenvolvimento e Cooperação*, (1). ACEP.
- Sangreman, C., et al. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005 – Os conflitos – O desenvolvimento – A sociedade civil*. CEsa – Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento.
- Tavares, A. J. C. (2008). *O regime político guineense (1994–2008)*. Universidade Nova de Lisboa.
https://www.didinho.org/Arquivo/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_%5B1%5D.pdf
- Teixeira, T. G. (2021). *Análise histórica e social do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau e suas configurações (1980–2019)* (Dissertação de mestrado). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22450/1/master_tamilton_gomes_teixeira.pdf
- Tiniguená. (s.d.). *Documentação sobre a atuação em educação ambiental e capacitação de mulheres rurais*.
- United Nations. (2023). *Common country analysis: Guinea-Bissau*. United Nations.
- United Nations Development Programme. (2024). *Human Development Report 2023–2024: Breaking the Gridlock – Reimagining Cooperation in a Polarized World*. United Nations Development Programme.
- United Nations Peacebuilding Commission. (2008). *Background paper on rule of law in Guinea-Bissau*. United Nations.
https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/bg_paper_rol.pdf
- Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito. (2013). *Cooperação Internacional e Política Externa da Guiné-Bissau*.
- World Bank. (2023). *Systematic Country Diagnostic Update for Guinea-Bissau: Addressing Fragility for Sustained Poverty Reduction and Shared Prosperity*. World Bank Group.

- World Food Programme (WFP). (2022). *Guinea-Bissau Country Strategic Plan (2023–2027)*. World Food Programme.
<https://www.wfp.org/countries/guinea-bissau>